

***ENCOSTADA NA PORTA DE UM BAR: IMAGENS DE UMA EPIDEMIA
NARRATIVA OU DA NARRATIVA DA EPIDEMIA***

Cláudia Carneiro Peixoto (Faculdade Anhanguera/Rio Grande)

Almeja-se analisar o silêncio, subalternidade, a invisibilidade da mulher com HIV/aids, pressupondo uma condição dissonante com os modelos “inteligíveis” e, por conseguinte, aceitos, a partir de alguns recortes literários de Caio Fernando Abreu, em que sobressaem a profunda tristeza e angústia ao vivenciar o HIV, mas também ao “ver-se diante” da dor do “Outro” (ABREU). O autor ressaltar a intensidade da dor na instância da solidão, abandono, pobreza, e desenha a figura de grupos mais afetados pela epidemia do HIV, como o das mulheres. A imagem auxilia a reflexão da cidadania de mulheres soropositivas, a partir dos primeiros anos da epidemia, representada por quem estava exposto à infecção na linha de frente: profissionais do sexo. Na presente análise, considera-se a soropositividade a partir da construção sóciopolítica do corpo, da subjetividade e da identidade, os quais estão inseridos na gestão da biomedicina, da colonização dos corpos pelo domínio de um saber ou da produção de um conjunto de “verdades” e valores científicos e morais constitutivos da autoridade “sobre” a doença. A constituição de um regime de verdades promove a exclusão social e familiar em face da colisão com papéis não representados no discurso hegemônico, como, por exemplo, o de ser mulher-esposa-mãe-filha-avó com HIV/aids.

Palavras-chave: gênero; epidemia HIV/aids; narrativa; silêncio; mulheres soropositivas.

**ASSASSINATOS DE LGBT'S NO BRASIL – UMA ANÁLISE COMPARATIVA DOS
CINCO ÚLTIMOS RELATÓRIOS DO GGB - 2012 A 2016**

Luciano Pereira dos Santos — PPGE/FaE/UFPel

José Alves Lagôa Junior – CSTH/CIM/UFPel

Priscila Barbosa – FaE/UFPel

No Brasil, segundo os dados do Grupo Gay da Bahia (GGB), a cada 25 horas uma pessoa LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais) é barbaramente assassinada vítima da “LGBTfobia”, tornando o país campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais. Em 2016 ocorreram 347 assassinatos e em 2017, até o final do mês de setembro, 297 pessoas LGBT's foram assassinadas. Matam-se mais homossexuais no Brasil do que nos 13 países do Oriente e África onde há pena de morte contra pessoas LGBT's. Este trabalho tem por objetivo apresentar e discutir os dados dos cinco últimos relatórios anuais do GGB sobre os assassinatos de LGBT's no Brasil (2012 a 2016). Metodologicamente, esta é uma pesquisa analítica-empírica de caráter exploratório, buscando a compreensão da realidade fundamentada em fatos sociais, utilizando-se da análise estatística comparativa uni e multivariada de dados. Esse trabalho classifica-se também como descritivo, tendo como finalidade a descrição das características e categorias de determinado fenômeno e o estabelecimento de relações entre seus atributos, através da análise e observação sistemática dos mesmos (GIL, 1999). Em seus resultados, apresenta um mapa da violência contra LGBT's no Brasil a partir dos relatórios analisados. Em suas considerações finais, o trabalho aponta para a necessidade de políticas de criminalização da lesbohomobitransfobia a fim de garantir a segurança e proteção de pessoas LGBT's como sujeitos detentores de direitos.

Palavras-chave: Assassinatos de LGBT's; LGBTfobia; Criminalização da LGBTfobia

A CURA GAY – DOS DISCURSOS RELIGIOSOS AOS PATOLÓGICOS

Luciano Pereira dos Santos – PPGE/FaE/UFPeI

Priscila Barbosa – FaE/UFPeI

José Alves Lagôa Junior - Csth/CIM/UFPeI

Na história das sexualidades, ao longo dos tempos, num primeiro momento as homossexualidades ocuparam os discursos religiosos e foram encaradas como pecado capital, excluindo os sujeitos homossexuais da salvação divina e condenando-os à marginalização, exclusão e morte. Num segundo momento, ao final do século XIX e início do século XX, as homossexualidades passam a ser incorporadas aos discursos medico-higienistas e o que antes era pecado transforma-se em doença, buscando sua cura através de variados e sofisticados tratamentos medicamentosos. No Brasil a homossexualidade deixou de ser considerada doença em 1985 pela sociedade médica e é proibido ser tratado como distúrbio ou como doença pelos psicólogos. Em 1990 a Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou as homossexualidades do Código Internacional de Doenças, onde constava como transtorno mental. A sociedade brasileira, na atualidade, vem sofrendo um retrocesso em relação aos direitos conquistados pela comunidade LGBT. Discursos que tomam as homossexualidades por pecado e doença são propagados por diversas correntes religiosas e várias correntes de pensamentos dos campos médico e jurídico. Este trabalho tem por objetivo apresentar e discutir os recentes discursos sobre a “cura gay”, amplamente divulgados pela mídia. Em termos metodológicos, esta é uma pesquisa qualitativa que utiliza as técnicas de análise de conteúdo, ancoradas nos estudos de Bardin (1979) e Minayo (2004). Ao final, conclui-se que esses discursos reforçam LGBTfobia social promovendo a crescente violência contra pessoas LGBT's.

Palavras-chave: Cura gay; Direitos LGBT's; Homossexualidades; LGBTfobia

**QUESTÕES DE GÊNERO: O FEMININO NOS INTERSTÍCIOS DA EDUCAÇÃO
AMBIENTAL**

Juliana Corrêa Pereira Schlee,

Mestranda em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande

Caroline Leal Bonilha,

Doutoranda em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande

Instituição Financiadora: CAPES

Neste trabalho apresentamos alguns acontecimentos discursivos que dão visibilidade para que questões de Gênero se constituam nos interstícios da Educação Ambiental, assim buscamos compreender os traçados históricos que fabricam discursos. Através de uma perspectiva pós-estruturalista, problematizamos verdades e certezas que nos modelam, controlam e regulam e são regulados por nós enquanto educadoras(es) ambientais. Para esta análise buscamos dois acontecimentos: a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, Rio de Janeiro (1992), a Eco-92, que têm como resultado dessa mobilização a Plataforma de Ação do Desenvolvimento Sustentável – Agenda 21 e mais especificamente o capítulo 24 que reúne um conjunto de recomendações, mecanismos e metas para integrar as mulheres e a questão de gênero em todos os níveis de governo e nas ações da ONU, e o segundo acontecimento discursivo a IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher (Pequim, 1995) que promove os objetivos de igualdade de gênero, desenvolvimento e paz para todas as mulheres do mundo. Esses instrumentos colaboraram no sentido de provocar a mobilização para a reflexão e construção de atitudes de mulheres e homens em relação à crise ambiental. O que nos interessa aqui é ver como a Educação Ambiental vem sendo amarrada a partir de diferentes conferências internacionais e atrelada a um discurso de Gênero, dando maior visibilidade para as mulheres convocando-as à proteção ambiental a nível global.

Palavras-chave: Gênero, Educação Ambiental, Eco 92, Agenda 21.

REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO NO ENSINO SUPERIOR: O QUE A CIÊNCIA JURÍDICA TEM DITO SOBRE ISSO?

Mari Cristina de Freitas Fagundes (UFPB/PB)¹ Renata Lobato Schlee (FURG/RS)²

Resumo: A pesquisa aqui apresentada é fruto de uma discussão que busca problematizar o gênero através do currículo no ensino superior, especificamente no curso de direito. Efetuamos o levantamento das grades curriculares de quatro instituições federais de ensino superior, situadas no estado do Rio Grande do Sul, verificando, com isso, que apenas uma das quatro instituições aborda, no currículo, a disciplina de direito e gênero, ainda que na modalidade optativa. Seguindo as discussões travadas a partir dos escritos de Guacira Lopes Louro e outros autores que, na linha pós-estruturalista, debatem os diferentes jogos de poder e saber na construção do gênero, questionamos como a ciência jurídica pode se apresentar como uma instituição silenciadora quando normaliza as diferenças produzidas pelo gênero. Nosso objetivo, então, é colocar sob análise o currículo do curso de direito, tendo como foco essas instituições e o quanto alguns sujeitos não fazem parte da construção jurídica, embora o texto constitucional traga como princípio fundamental a igualdade humana. A metodologia que sustenta essa escrita está baseada na revisão bibliográfica e na análise de conteúdo. Entendemos que disputas por representação têm se tornado cada vez mais presentes nos discursos dos movimentos sociais, reivindicando direitos e garantias básicas. Logo, mirar como essas demandas estão atravessando a formação do bacharel em direito, se apresenta como uma temática atual e potente para pensar sobre algumas verdades jurídicas.

Palavras-Chaves: Gênero; Currículo; Ciência Jurídica.

¹ Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. Mestra em Sociologia pela Universidade Federal de Pelotas. Especialista em Direito Penal e Processo Penal pelo Complexo Educacional Damásio de Jesus. Graduada em Direito pela Faculdade Anhanguera de Pelotas/RS

² Doutoranda em Educação Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande. Mestra em Educação Ambiental pela Universidade Federal de Rio Grande. Especialista em Educação pela Universidade Federal de Pelotas. Especialista em Ecologia Humana pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Graduada em Estudos Sociais e História pela Universidade Federal de Pelotas. Professora da educação básica e ensino superior.

GÊNERO E PROJETOS DE VIDA EM CONTEXTOS DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: UMA REFLEXÃO A PARTIR DA FOTOGRAFIA

Priscila Klein da Silva¹

Resumo:

Este artigo constitui-se das análises preliminares de uma das etapas metodológicas de pesquisa de mestrado em educação ainda em andamento, que tem como objetivo principal conhecer os projetos de vida de jovens mulheres que cumprem medida socioeducativa de privação de liberdade. Utiliza a fotografia como instrumento metodológico para “capturar” os sonhos destas jovens, de modo a possibilitar que, ao mesmo tempo em que se reflete sobre projetos de vida viáveis, também promove aprendizagens significativas acerca da técnica de fotografar. Neste sentido, pretende-se discorrer sobre esta experiência, sua configuração e tecer alguns resultados preliminares deste estudo, repleto de significado e sentido para todas as pessoas envolvidas.

Palavras-chave: Jovens Mulheres. Privação de Liberdade. Projetos de Vida. Fotografia.

¹ Pedagoga, Orientadora Educacional – ULBRA. Especialista em Educação de Jovens e Adultos e Educação de Privados de Liberdade – UFRGS. Mestranda em Educação, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS/PPGEDU. Inserida na Linha de Pesquisa Teorias e Culturas em Educação. Integrante do Observatório Juventudes/PUCRS.

NARRATIVAS SOBRE A ATUAÇÃO DE DOCENTES HOMENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL NA CIDADE DE BAGÉ

Robson Oliveira da Silva – IFSUL
Angela Dillmann Nunes Bicca - IFSUL

O presente estudo aborda a atuação de homens como docentes na Educação Infantil visto que é um espaço de exercício profissional que, com a feminização do magistério, passou a ser quase exclusivo das mulheres. Essa pesquisa, produzida no campo dos Estudos Culturais de perspectiva pós-estruturalista articulado aos estudos de gênero, tem por objetivo analisar narrativas de professores e de professoras que atuam na Educação Infantil da cidade de Bagé focalizando a atuação de docentes homens em um espaço predominantemente feminino. Tal discussão se justifica em função das desconfiças que surgem em relação a atuação desses professores em diferentes estabelecimentos de ensino, seja por colegas de trabalho seja pelos/as alunos/as e seus familiares. A pesquisa, de cunho qualitativo, valeu-se da entrevista narrativa como estratégia metodológica que possibilita a discussão em profundidade do que é dito pelos/as entrevistados/as. A análise, que se valeu da noção de representação cultural, indicou que a presença de docentes homens na Educação Infantil coloca em circulação compreensões de que há trabalhos considerados “naturais” para homens e para mulheres e, por esse motivo, produzem-se desconfiças em relação à capacidade profissional dos professores que implicam nas formas como esses se inserem nos quadros profissionais das escolas, na forma como são tratados por professoras que trabalham com eles e pelas famílias dos/as alunos/as.

Palavras-chave: Estudos Culturais, Narrativas, Homens, Docência, Educação Infantil.



**CULTURA VISUAL, GÊNERO E CURRÍCULO – UMA ANÁLISE A PARTIR
DE ARTISTAS MULHERES**

Fabiana Lopes de Souza - UFPel

Resumo: Este texto busca entrelaçar os temas de Cultura Visual, Artes Visuais e Gênero, com o objetivo de argumentar a favor de uma educação crítica das imagens, ampliando a compreensão das visualidades cotidianas. É uma pesquisa em andamento, de cunho bibliográfico, com bases teóricas em Hall (2005), quanto à identidade cultural pós-moderna; Hernández (2000; 2007) na relação da cultura visual na escola e sua compreensão crítica e estética; Louro (2003; 2014) ao analisar a produção das diferenças e das desigualdades sexuais e de gênero – classe, raça e etnia – alertando para a simplificação curricular do tema tratado nas escolas, e Silva (2012) quanto às questões de identidade e diferença produzidas cultural e socialmente. Assim, o questionamento sobre a presença do feminino na área da cultura, educação e artes visuais é fundamental, visto que, historicamente as mulheres têm aparecido como modelos, e não como protagonistas dos fazeres artísticos. Portanto, o conhecimento das artistas mulheres, pode favorecer uma nova apreensão das visualidades contemporâneas, buscando superar as desigualdades de gênero, ampliando os espaços culturais e as maneiras como a cultura se torna visível e o visível se torna cultura.

Palavras-chave: cultura visual; ensino de Artes Visuais; gênero

***“EU NÃO QUERO MAIS SER MENINO”. CHAMAMOS A MÃE PARA CONVERSAR,
NO DIA SEGUINTE ELE FOI EMBORA DA ESCOLA, TRANSFERIDO”***

Priscila Barbosa – FaE/UFPeI

Alessandra Matoso - FaE/UFPeI

Luciano Pereira dos Santos – PPGE/FaE/UFPeI

A repressão das manifestações das sexualidades na escola, as atitudes ou inoperâncias, as falas, silenciamentos e/ou indiferenças de professoras/res quanto às questões referentes à diversidade sexual, remete-nos a questionar o papel da/do docente e de sua intensa participação no processo de constituição dos sujeitos/educandos e, por conseguinte, no processo de construção das identidades sociais e transformações na sociedade. O presente trabalho, cujo título transcreve a fala de uma professora ao relatar um fato ocorrido na escola, tem por objetivo discutir a importância da abordagem sobre gênero e sexualidades na formação e prática docente. Participaram da pesquisa 10 professoras do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. Os dados foram coletados durante o desenvolvimento de um projeto de Gestão Escolar sobre essas temáticas, realizado em uma escola de ensino básico da rede pública na cidade de Pelotas/RS, utilizando diários de campo, observações das práticas pedagógicas, aplicação de questionários e rodas de conversa. A partir das análises realizadas, foi elaborado e ministrado um curso de formação para as docentes da escola. O estudo evidenciou a necessidade de inclusão de disciplinas sobre gênero e sexualidades nas grades curriculares dos cursos de formação de professores e nos programas de formação continuada docente visando à garantia de práticas educativas a favor da igualdade de direitos e da não discriminação por orientação sexual e/ou identidade de gênero na escola.

Palavras-chave: Formação docente; Gênero; Prática docente; Sexualidades

**AGRESSORES DE MULHERES JULGADOS NO JUIZADO DA VIOÊNCIA DOMÉSTICA
DE PELOTAS**

Elisiane Medeiros Chaves – UFPEL

Lorena Almeida Gil (orientadora)

A comunicação aborda a violência contra a mulher, a partir de uma pesquisa na qual são entrevistados réus de ações penais e também são analisados os processos judiciais de cada um. Para SAFFIOTTI (2004) uma relação violenta só se modifica ao se trabalhar com os dois gêneros. Nesse entendimento, em vista de que existem vários trabalhos voltados para as vítimas, a pesquisa é dirigida aos agressores e ela iniciou em maio de 2016, sendo realizada com réus atendidos pela Defensoria Pública do Estado. A metodologia empreendida é História Oral Temática, já que os entrevistados constroem narrativas em relação ao tema, contando suas versões. O recorte temporal se relaciona à História do Tempo Presente, pois os processos analisados são contemporâneos à pesquisa e a pesquisadora convive, no mesmo período histórico, com os autores das falas produzidas. Foram entrevistados 18 indivíduos cujas narrativas estão sendo analisadas. Os crimes em julgamento variam entre ameaças, lesões corporais e crimes contra a liberdade pessoal. Parte dos réus relatou que aprendeu que o homem deve tomar a frente das decisões de um casal, sendo esse um papel masculino. Para BOURDIEU (2005), a dominação e a opressão de homens sobre mulheres, resultam de uma visão legitimada por práticas incorporadas e reproduzidas pela sociedade, que conferem aos homens a melhor parte. Há réus que expressaram que gostariam de continuar com a manutenção dos privilégios que aprenderam que lhes cabem, por serem homens.

Violência contra mulher; Gênero; Masculinidades.

**A ATUAÇÃO DA COMISSÃO DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO DA
OAB/RS NO COMBATE À HOMOFOBIA NAS ESCOLAS DE BAGÉ, RIO GRANDE
DO SUL, BRASIL.**

Renan Robaina Dias¹

RESUMO

Este trabalho descreve a atuação da Comissão da Diversidade Sexual e de Gênero da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio Grande do Sul, Subseção de Bagé, no combate à homofobia nas escolas desta cidade. Diante da ausência de legislação específica com relação à criminalização da homofobia no ordenamento jurídico brasileiro, faz-se necessário o desenvolvimento de estratégias de combate à discriminação por identidade de gênero e orientação sexual no ambiente escolar, visando atender as orientações da Lei nº 13.185/2015, que instituiu no país o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*bullying*). Aliando-se a prerrogativa de função da referida Comissão à solicitação da rede municipal de ensino da cidade de Bagé de colaboração no combate à homofobia, iniciou-se uma série de palestras ministradas por uma equipe multidisciplinar, composta por advogados, um psicólogo e uma pedagoga, objetivando-se combater o *bullying* por motivação homofóbica no ambiente escolar bajeense. O método utilizado consiste em pesquisa-ação realizada nas escolas municipais de Bagé, Rio Grande do Sul, Brasil, utilizando-se a revisão bibliográfico-documental para a construção dos conceitos e direitos relacionados à temática do trabalho. O resultado, no entanto, tornar-se-á passível de aferição mediante o relato dos profissionais da rede municipal de ensino de Bagé, após o decorrer dos meses subsequentes ao ciclo de palestras, ministradas entre maio e outubro de 2017.

Palavras-chave: Ambiente Escolar, *Bullying*, Homofobia.

¹ Mestrando em Direito pela Universidade Federal de Pelotas – UFPEL, Especialista em Relações Internacionais pela Verbo Jurídico de Porto Alegre, Bacharel em Direito pela Universidade da Região da Campanha – URCAMP, Vice-Presidente da Comissão da Diversidade Sexual e de Gênero da OAB/RS - Subseção de Bagé.

**A IMAGEM DA MULHER AMOROSA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE
FEMININA: DO AMOR E OUTRAS RELAÇÕES DE PODER**

Luciana Alves Dombkowitsch (Faculdade Anhaguera do Rio Grande)

Este trabalho busca problematizar como a imagem da mulher amorosa constrói a identidade feminina. Para Lagarde (2015), pela formação tradicional de gênero, as mulheres desenvolvem a sensibilidade intelectual e afetiva para captar as necessidades das pessoas, sendo configuradas socialmente para o amor, categoria que está no centro de sua identidade. Pela metodologia qualitativa e dos estudos culturais, serão utilizadas as categorias foucautianas de poder-saber, investigando a partir daí, quais relações de poder estão em jogo na construção da identidade de gênero das mulheres para se tornarem sujeitos para o amor. A partir de um diálogo entre as reflexões de Foucault e Marcela Lagarde, compreender de que forma o sexo e o discurso jurídico elaborado sobre ele são fundamentais na construção dessas identidades dentro de um campo onde oposições binárias diferenciam homens e mulheres por suas características anímicas e biológicas. Para Lagarde (2015), as mulheres vivem um sincretismo amoroso, colocando-as em constante conflito entre suas tradicionais obrigações e a luta pela desconstrução de regras falocentristas e androcentristas. Esta investigação tem como característica fundante a intervenção na vida política e social capaz de descolonizar o campo da construção de identidade de gênero das mulheres, pautada em uma ética do amor que rompa com valores que intensificam a cegueira de gênero, que tanto faz persistir a ignorância quanto aos papéis que lhes são violentamente atribuídos.

Palavras-chaves: imagem, mulher, identidade, amor, relações de poder.

**O MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO (ESP):
ENTRE O AUTORITARISMO E A EMANCIPAÇÃO**

(GT 2 – GABATZ, Celso)

UNISINOS

RESUMO:

O Movimento Escola Sem Partido (ESP) consolida-se mediante uma compreensão que descaracteriza a emancipação das instituições de ensino e dos docentes. Impõe a mordaça às novas gerações e sepulta a continuidade de uma educação que os capacite para a vida. O modelo educacional sugerido faz com que o professor tenha que medir suas palavras, ocultar opiniões, suprimir sua biografia política ou de inserção social de modo a não ser “invasivo” aos olhos das famílias. Os apoiadores do ESP não se dão conta de que propagam um ideal onde já não cabe mais a divergência e a pluralidade. Esquecem que vivemos em um país marcado historicamente e de forma indelével pela diversidade cultural, econômica, política e religiosa. Os defensores do ESP não questionam as contradições de uma escola distante dos embates cotidianos em uma sociedade de classes sempre permeada por muitos interesses. O objetivo e relevância desta comunicação, portanto, diz respeito à retirada do pensamento crítico, da problematização, da possibilidade de se democratizar o ambiente escolar enquanto espaço de aprendizado. Entende-se que a afirmação da laicidade, bem como o pluralismo e a democracia, são tarefas fundamentais da escola contemporânea. O grande desafio é, justamente, criar meios para construir o diálogo e a partilha e não restringi-los.

PALAVRAS-CHAVE: ESP; Autonomia; Autoritarismo; Diversidade.

**A REPRESENTAÇÃO OPRESSORA DO GÊNERO FEMININO NA PUBLICIDADE:
UMA REFLEXÃO A PARTIR DA IMAGEM**

Ingrid Fabiola Gonçalves - Graduanda em Design Gráfico na Universidade Federal de Pelotas (UFPel) (ingridfabiola554@gmail.com) Pelotas/RS, Brasil.

Rita de Araujo Neves - Mestra em Educação e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Faculdade de Educação (FaE) na Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e Profa. Adjunta da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande-FURG (profarita@yahoo.com.br) Pelotas/RS, Brasil.

Helena de Araujo Neves - Doutora e Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Faculdade de Educação (FaE) na Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e Professora Adjunta no Centro de Artes, no colegiado do Design da UFPel (profhelenaneves@gmail.com) Pelotas/RS, Brasil.

Resumo: O estudo sobre gênero no Brasil começou a ganhar força nos anos oitenta do século XX (no restante do mundo assumiu força já nos anos 1970). Em nosso país, contudo, foi nos últimos anos que estudiosos de diversas áreas começaram a discuti-lo com veemência, não só em busca de compreender e definir o conceito, mas, especialmente sua relevância na formação das identidades dos sujeitos e suas influências na sociedade e no mercado econômico. A intenção deste artigo é a de analisar como o gênero feminino é retratado em um anúncio publicitário de um produto voltado para o público do gênero masculino e, com isso, problematizar o gênero buscando destacar a constante necessidade de explorar a sexualização e objetificação da imagem feminina pela publicidade em pleno século XXI. Por fim, é importante mencionar que apesar de o cenário atual sugerir que muitas marcas vem mudando suas posturas no que se refere à submissão feminina, é de nossa responsabilidade, como pesquisadoras do campo da comunicação e da educação, combater, denunciar, avaliar e publicar reflexões que indiquem o quão retrógradas muitas empresas ainda são em pleno século XXI.

Palavras-chave: Imagem, Gênero, Publicidade, Feminismo.

FACEBOOK: ESPAÇO DE SOCIABILIDADES E DE RESISTÊNCIAS

Carla Lisbôa Grespan
Douranda em Educação/Universidade La Salle
Bolsista CAPES

Resumo: Este artigo tem por objetivo discutir as potencialidades das redes sociais virtuais na constituição de novas experiências democráticas não institucionalizadas e que produzam discursos de empoderamento das vidas consideradas menos dignas de serem vividas. Especialmente na contemporaneidade, a sociabilidade deixa rastros, configura-se em discursos difusos, dispersos, inscritos textual e performaticamente, em grande quantidade e rapidez nas comunidades virtuais. Essas comunidades tem se caracterizado, não somente como espaços de sociabilidade, como também espaços de resistência, motivo pelo qual escolhi como objeto de estudo comunidades do *Facebook* constituídas por jovens autodeclarados LGBT. Tendo como problema de investigação: de que modo o exercício da ciberdemocracia, da amizade e da escrita de si entre jovens de Comunidades LGBT no *Facebook* podem se constituir como políticas de performatividades de corpos, de gêneros e de sexualidade e como dispositivo de enfrentamento das precariedades de “vidas que não merecem ser vividas”, utilizo como pressupostos teóricos os Estudos Feministas, Culturais, de Gênero, as Teorias Pós-estruturalistas e, sobretudo, os Estudos *Queer*, por colocarem em pauta a discussão sobre o corpo não só o centro de interesse das produções acadêmicas, como também o ponto mais frágil diante dos dispositivos de poder e de subjetivação que normalizam os gêneros, as sexualidades e as violências a partir de marcas biológicas restringindo-o em categorias identitárias e heteronormativas, o que Judith Butler chama de violência normativa de gênero.

Palavras-chave: Juventude. Amizade. Políticas de Performatividades. Precariedade. LGBT.

UM ESTUDO DE GÊNERO A PARTIR DA JUSTIÇA DO TRABALHO NA DÉCADA DE 1950

LUANA SCHUBERT LEDERMANN
LORENA ALMEIDA GILL

A presente comunicação trabalhará com a pesquisa em fonte primária, sendo ela, um processo trabalhista, nº 126/55, da operária Dinora Velada Costa, contra a Cia. Fiação e Tecidos de Pelotas, no ano de 1955. Este trabalho está sendo realizado a partir do Acervo da Justiça do Trabalho que está salvaguardado no Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas.

Dinora era uma mulher brasileira, casada, operária e que em seu processo foi assistida pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Pelotas. Trabalhou na empresa de 1934 a 1939, sendo readmitida em 1942 e tendo trabalhado até o dia 1º de março de 1955, quando deixou o emprego e entrou na Justiça. Dinora alegou que vinha sendo tratada pelos seus superiores hierárquicos com rigor excessivo, a ponto de um supervisor tê-la advertido e usado de força física para coagir a trabalhadora. Após isso, teria pedido demissão e entrado com um processo para garantir seus direitos. Diante disso, pretendo analisar a trajetória de Dinora e sua relação com a Cia. Fiação e Tecidos através do processo trabalhista, considerando o contexto histórico da época, dando em enfoque nas relações de gênero no mundo do trabalho e na Justiça do Trabalho como local de garantia de direitos dos trabalhadores.

Gênero; Processo; Justiça

**MULHERES INDÍGENAS TRABALHADORAS INFORMAIS EM PELOTAS:
(IN)EFICÁCIA DE DIREITOS CONSTITUCIONAIS E TRABALHISTAS EM PESQUISA
EMPÍRICA NO DECORRER DE 2017**

Ana Paula Delgado (bacharelanda do 1º ano – Direito/UFPel), Bruna Cruz de Castro (bacharelanda do 1º ano – Direito/UFPel), Caroline Cardozo Machado (bacharel em Relações Internacionais/UFPEL e bacharelanda do 1º ano – Direito/UFPel).

O trabalho em questão aborda, sob a ótica legal, a condição acerca das mulheres indígenas trabalhadoras informais na região central da cidade de Pelotas no ano vigente (2017).

O método de pesquisa será a pesquisa de campo qualitativa, de modo a buscar uma correlação entre a realidade social e os sujeitos que interagem com ela. Além disso, este método trabalha com amostras pequenas, o que vai ao encontro da temática exposta, visto o número reduzido em que essas mulheres se encontram na região indicada.

A relevância do trabalho para a área de pesquisa em questão se concretiza por investigar a exclusão legal, no âmbito constitucional e trabalhista, conferida a essas trabalhadoras informais.

Os resultados esperados, auferidos por meio dos relatos a ser coletados em entrevistas semi-estruturadas com essas mulheres, versarão sobre a comparação com sua rotina de trabalho e a proteção (ou falta dela) de direitos constitucionais e trabalhistas brasileiros atuais. Há, ainda, uma importante decorrência desta investigação: a possibilidade de complementar o conhecimento acadêmico com temática até então excluída do currículo deste curso. Pretende-se ressaltar a importância da teorização da Academia, junto da pesquisa empírica em questão, para a concretização de possibilidades de mudanças sociais.

Palavras-chave: Direito; mulheres, indígenas, trabalhadoras informais, pesquisa empírica.

**MULHERES INDÍGENAS TRABALHADORAS INFORMAIS EM PELOTAS:
(IN)EFICÁCIA DE DIREITOS CONSTITUCIONAIS E TRABALHISTAS EM PESQUISA
EMPÍRICA NO DECORRER DE 2017**

Ana Paula Delgado (bacharelanda do 1º ano – Direito/UFPel), Bruna Cruz de Castro (bacharelanda do 1º ano – Direito/UFPel), Caroline Cardozo Machado (bacharel em Relações Internacionais/UFPEL e bacharelanda do 1º ano – Direito/UFPel).

O trabalho em questão aborda, sob a ótica legal, a condição acerca das mulheres indígenas trabalhadoras informais na região central da cidade de Pelotas no ano vigente (2017).

O método de pesquisa será a pesquisa de campo qualitativa, de modo a buscar uma correlação entre a realidade social e os sujeitos que interagem com ela. Além disso, este método trabalha com amostras pequenas, o que vai ao encontro da temática exposta, visto o número reduzido em que essas mulheres se encontram na região indicada.

A relevância do trabalho para a área de pesquisa em questão se concretiza por investigar a exclusão legal, no âmbito constitucional e trabalhista, conferida a essas trabalhadoras informais.

Os resultados esperados, auferidos por meio dos relatos a ser coletados em entrevistas semi-estruturadas com essas mulheres, versarão sobre a comparação com sua rotina de trabalho e a proteção (ou falta dela) de direitos constitucionais e trabalhistas brasileiros atuais. Há, ainda, uma importante decorrência desta investigação: a possibilidade de complementar o conhecimento acadêmico com temática até então excluída do currículo deste curso. Pretende-se ressaltar a importância da teorização da Academia, junto da pesquisa empírica em questão, para a concretização de possibilidades de mudanças sociais.

Palavras-chave: Direito; mulheres, indígenas, trabalhadoras informais, pesquisa empírica.

BRASIL, DA PÁTRIA EDUCADORA À ORDEM E PROGRESSO: A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E OS DESAFIOS PARA A SUPERAÇÃO DA HOMOFOBIA NO BRASIL

GT 2 - MADEIRA, Sérgio Danilo – Autor – PPGD/FURG
MADEIRA, Carlos Guilherme – Coautor – IFISP/UFPeI
CORRÊA, Willian Almeida – Coautor – ANHANGUERA

Palavras-chave: direitos humanos, educação, homofobia, alteridade.

Até a última década, segundo dados oficiais, o Brasil registrou um profundo crescimento em diversos indicadores socioeconômicos, especialmente, na distribuição de renda, acesso aos bens de consumo e serviços pela população brasileira. Mesmo assim, a homofobia e a violência contra homossexuais tiveram um expressivo crescimento. O que evidenciou um cenário de desimetria. Contudo, nos últimos dois anos iniciou-se um processo de desarticulação das políticas públicas ligadas a essa temática. O que sinalizou para a urgência do estudo da educação em direitos humanos para superar os registros alarmantes da homofobia no Brasil. Portanto, com base nessa realidade, o presente estudo, pretende, fazer uma reflexão sobre a articulação da educação em direitos humanos e a superação da homofobia, diante da atual conjuntura brasileira. O caminho metodológico utilizado está ancorado nas perspectivas teóricas da produção científica da área, de modo fazer uma triangulação entre os dados do Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil publicado no ano de 2012 pela SDH/PR ; a Declaração de Direitos Humanos e a interpretação dos tribunais brasileiros sobre a temática. Busca-se fazer esse exame à luz de uma reflexão acerca da ética da alteridade proposta por Emmanuel Lévinas como caminho possível para traçar as linhas gerais de um Plano de Educação em Direitos Humanos e um conjunto de políticas públicas visando o combate da homofobia.



III SEMINÁRIO INTERNACIONAL IMAGENS DA JUSTIÇA, CURRÍCULO E EDUCAÇÃO JURÍDICA

RELAÇÕES DE GÊNERO E TRABALHO DOMÉSTICO EM ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Janaina Barela Meireles – UFPEL¹

Jarbas Santos Vieira – UFPEL²

Resumo: Escolas de Educação Infantil são um campo profissional predominantemente ocupado por mulheres, sendo assim, investigações sobre tal ocupação devem dialogar com a condição do feminino. Tendo em vista que estas docentes trabalham em condições precárias e com jornadas de trabalho exaustivas, elas conciliam as diferentes demandas do trabalho profissional, doméstico e atribuições familiares. Como resultado desse processo temos profissionais adoecidas e cansadas por não receberem prestígio no âmbito profissional, nem no âmbito doméstico. O projeto de dissertação mestrado *Análise das relações entre sobrecarga de trabalho doméstico, saúde e gênero entre as professoras de Educação Infantil da Região Sul do Rio Grande do Sul* está sendo desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa, através de análises de entrevistas feitas com 18 professoras de 9 escolas de Educação Infantil em 9 cidades da Região Sul do Rio Grande do Sul e propõe problematizar a dupla jornada de trabalho das mulheres professoras e as implicações que esses afazeres trazem para a saúde dessas docentes que assumem atribuições tanto no espaço público como no privado.

As análises de questionários já aplicados demonstram que mesmo que essas mulheres tenham ocupado lugar no mercado de trabalho, no ambiente doméstico são elas que continuam assumindo a maior parte das tarefas domésticas, sendo os homens vistos como colaboradores. Mesmo as mulheres conscientes dessa opressão, dessa desigualdade da divisão do trabalho doméstico, continuam trazendo para si as responsabilidades do âmbito privado.

Palavras-chave: Gênero, trabalho doméstico, trabalho docente.

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas.
ninameireles234@gmail.com.

² Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor Associado da Universidade Federal de Pelotas. jarbas.vieira@gmail.com.



**O USO DAS IMAGENS NA PUBLICIDADE IMPRESSA DAS INSTITUIÇÕES DE
ENSINO PRIVADAS DE PELOTAS-RS NOS SÉCULOS XIX, XX, XXI**

Profª Drª. Helena de Araujo Neves

Profª. Adjunta no Centro de Artes da UFPel

Integrante do CEIHE/PPGE/FaE/Universidade Federal de Pelotas – RS/Brasil e do Grupo

Memória Gráfica de Pelotas: cem anos de Design

profhelenaneves@gmail.com

CAPES

Resumo: Este artigo tem por objetivo apresentar partes do resultado de uma pesquisa de doutoramento que investigou a trajetória do ensino privado em Pelotas, município localizado ao sul do Rio Grande do Sul. Tal investigação abrange o período compreendido entre o final do século XIX e o princípio do século XXI. Para isso, utilizou como principal fonte documental propagandas impressas de escolas privadas. O intuito deste artigo é discutir como as imagens foram exploradas nos anúncios das escolas e apresentar de que forma a comunicação visual foi utilizada estrategicamente por diferentes concepções de gestão educacional na cidade de Pelotas-RS – em especial a confessional e a empresarial. Com o estudo foi possível verificar que a propaganda impressa se tornou uma prática cultural das escolas de ensino privado – que a utilizavam para consolidar as suas atuações. Percebeu-se, também, que essa prática não esteve dissociada das condições que permitiram a sua existência, ou seja: o anúncio impresso, que com o passar do tempo começou a utilizar imagens em sua composição, é fruto da sociedade que a concebeu. Como tal, carrega consigo especificidades que vão desde as condições tecnológicas de produção gráfica de uma época até as relações que se estabelecem entre as pessoas quando uma mídia é criada em meio às sociedades modernas. Por fim, debate-se ainda o conteúdo imagético presente em algumas propagandas que enfocavam, dentre outras questões, a de gênero.

Palavras-chave: Ensino Privado; Propaganda; Gênero; Imagem



III SEMINÁRIO INTERNACIONAL IMAGENS DA JUSTIÇA, CURRÍCULO E EDUCAÇÃO JURÍDICA

DIREITOS HUMANOS NA EDUCAÇÃO: RESISTÊNCIAS AO PROGRAMA “ESCOLA SEM PARTIDO”

Igor Soares Netto de Oliveira – PPGD/UFRJ – Programa de Pós-Graduação em Direito /
Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A construção de uma educação democrática exige o compromisso com os direitos humanos. As instituições de ensino no Brasil precisam discutir propostas curriculares e pedagógicas que valorizem diálogos sobre a diversidade, interculturalidade, pluralidade e a dignidade humana.

Contudo, o Projeto de Lei 867/2015, que tramita no Congresso Nacional, ao propor a inclusão do programa “Escola Sem Partido” na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/1996), almeja impedir a reflexão crítica no âmbito escolar, além de reforçar a lógica do controle, cerceando a autonomia docente. O referido programa configura uma afronta direta ao princípio constitucional da liberdade de ensinar, consagrado no artigo 206, II, CRFB/1988.

A metodologia dessa comunicação passa pela análise crítica dos principais conceitos que permeiam o discurso propagado pelo “Escola Sem Partido” como: “*ideologia de gênero*”, “*neutralidade política*”, “*doutrinação ideológica*”, dando ênfase as publicações recentes e representações imagéticas construídas por defensores desse programa.

A temática sugerida é de notória atualidade e lança inúmeros desafios a educadores, juristas e a sociedade de modo geral. Em pauta, o embate entre perspectivas antagônicas acerca dos rumos da educação brasileira. Essa comunicação visa apresentar parte da pesquisa de dissertação, desenvolvida junto ao PPGD/UFRJ, e oferecer contribuições pertinentes aos debates que relacionem direito e educação, em especial, vinculados as abordagens sobre as pautas de direitos humanos, gênero, sexualidade, etnia e identidade na composição curricular.

Direitos Humanos – Educação – Escola Sem Partido



CONSTRUÇÕES DE IDENTIDADES DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE EM LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO ENSINO MÉDIO

Inácio Ribeiro Oliveira – PPGE/FAE/UFPeI¹

Márcia Alves da Silva (orientadora) – PPGE/FAE/ UFPeI²

Resumo: Os livros didáticos por serem tão utilizados em quase todas as escolas brasileiras, se constituem em um material educacional de grande importância, e fazem parte da construção de referências sociais e culturais para os alunos e as alunas. O presente trabalho tem por objetivo apresentar uma pesquisa em andamento vinculada a um curso de mestrado, na área de educação. A proposta é analisar os livros didáticos de História, do ensino médio, aprovados pelo PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) para os anos de 2017 e 2018. Baseado em elementos da metodologia de análise de conteúdo e do referencial dos estudos de gênero, o objetivo é identificar as representações de gênero de forma interseccional, isto é, incorporando as categorias classe e raça, desenvolvidas nos livros. Para isso, faz-se uso de elementos tanto quantitativos como qualitativos de investigação, incorporando na coleta de dados e no processo de análise tanto as imagens veiculadas no material como os textos apresentados. Através deste estudo, podemos identificar as representações construídas nos livros didáticos, para os gêneros, as raças e as classes sociais. Desta maneira, o presente trabalho vem a contribuir com novas perspectivas sobre as discussões de gênero, raça e classe nos espaços escolares, e também com a própria construção da História como disciplina escolar, a partir do mapeamento de como as identidades de gênero são veiculadas nesta disciplina.

Palavras-chave: Livros didáticos; interseccionalidade; gênero; raça; classe.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas.

² Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Professora adjunta no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas.